

14 seccionais da OAB são favoráveis ao impeachment de Michel Temer

A Ordem dos Advogados do Brasil pode ser mais uma entidade a apoiar o *impeachment* do presidente Michel Temer (PMDB-SP). Até o momento, 14 das 27 seccionais da OAB confirmaram que são favoráveis ao afastamento do peemdebista.

O conselho federal da entidade irá se reunir na tarde deste sábado (20/5) para deliberar sobre o afastamento. São favoráveis ao *impeachment* as seccionais Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Por enquanto, a dúvida paira apenas sobre o modelo de escolha de um eventual substituto de Michel Temer. Dessas seccionais, cinco apoiam eleições indiretas, são elas AM, ES, MT, MS e SP. Já as nove restantes apoiam pleito direto, por meio de Proposta de Emenda Constitucional.

Divulgação



Conselho Federal se reúne nesta tarde para decidir se apoia o afastamento de Temer.
OAB – Conselho Federal

Fontes ouvidas pela **ConJur** afirmam que o Conselho Federal tende a votar pelo afastamento de Temer. Isso porque espera-se que os conselheiros federais que representam as seccionais que já se manifestaram pelo afastamento – muitos participaram das deliberações estaduais – acompanhem esse entendimento, mas eles têm independência para votar.

O que diz a lei

O artigo 81 da Constituição Federal diz que, em caso de vacância dos cargos de presidente e vice, “far-se-á eleição 90 dias depois de aberta a última vaga”. Se essa vacância acontecer durante a segunda metade do mandato, as eleições devem ser indiretas e ocorrer em até 30 dias depois da última vaga, “na forma da lei”, segundo o parágrafo 1º do artigo.

A esse sistema se soma a decisão do Supremo Tribunal Federal de que réus em ações penais com denúncia recebida pela corte não podem ocupar a linha sucessória da Presidência da República. Podem entrar nesse entendimento os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que são investigados na corte.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), já anunciou nesta quinta-feira (18/5) que o colegiado vai discutir uma proposta de emenda à Constituição que estabelece a possibilidade de eleições diretas no caso de vacância da Presidência da República.

Date Created

20/05/2017